



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA ISABELA DA COSTA SANTOS

**RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM
OLHAR PARA A PRÁTICA EDUCATIVA ANTIRRACISTA**

PICOS – PI
2023

MARIA ISABELA DA COSTA SANTOS

**RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA A
PRÁTICA EDUCATIVA ANTIRRACISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dra. Antônia Regina dos Santos Abreu Alves

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S237r Santos, Maria Isabela da Costa
Relações étnico - raciais na educação infantil [recurso eletrônico] :
um olhar para a prática educativa antirracista / Maria Isabela da Costa
Santos - 2023.
50 f.
1 Arquivo em PDF
Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHNB
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal do Piauí, Licenciatura em Pedagogia, Picos, 2023.
“Orientadora : Dra. Antônia Regina dos Santos Abreu Alves”

1. Étnico-raciais. 2. Educação Infantil. 3. Educação antirracista.
I. Alves, Antônia Regina dos Santos Abreu. II. Título.

CDD 372

Maria José Rodrigues de Castro CRB 3: CE-001510/O



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos três (03) dias do mês de abril de 2023, às 17:30 h, pela plataforma google meet, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a defesa de Monografia de **MARIA ISABELA DA COSTA SANTOS**, sob o título “**RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA A PRÁTICA EDUCATIVA ANTIRRACISTA**”

Banca constituída pelas/os Docentes:

Prof ^a . Dr ^a Antonia Regina dos Santos Abreu Alves Universidade Federal do Piauí	Orientadora
Prof ^a . Dr ^a . Maria da Conceição Rodrigues Universidade Federal do Piauí	Examinadora
Prof ^a Ma Isabel Cristina de Aguiar Orquiz Universidade Federal do Piauí	Examinadora

Deliberou pela aprovação da candidata, tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe média aritmética de 10,0.

Picos (PI) 03 de abril de 2023.

Orientadora:

Antonia Regina dos Santos Abreu Alves

Examinadora:

Maria da Conceição Rodrigues

Examinadora:

Ma Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Ao meu Deus que merece toda honra e glória. Meu esposo e minha filha que são minha base. E todos aqueles que estão sempre comigo.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todos os dias de proteção, por ele ter me sustentado todos os dias de angústia e desânimo, por ter enfrentado problemas de saúde com minha mãe durante a construção desse trabalho, e nele sempre encontrava forças para prosseguir.

À minha mãe que mesmo estando ao meu lado somente fisicamente mais em seu olhar sempre conseguia enxergar seu apoio.

Ao meu esposo Glauber, que é minha base, que não mediu esforços para me ajudar a concluir esse ciclo.

À minha filha Eduarda por todos os sorrisos e amor que me transmitem paz.

À minha sogra Célia, meu sogro José e minha cunhada Mayra por sempre me apoiarem e minha ajudarem na criação da minha filha para que eu pudesse estudar.

À minha irmã Graziela pelos aconselhamentos e ajuda durante esse percurso, meu irmão Jorge que sempre me acolhe com carinho e apoio.

Agradeço também a minha orientadora e professora Regina Abreu por todos os ensinamentos na construção deste trabalho, a todos os professores que tive durante esta trajetória que me incentivaram e contribuíram para o meu aprendizado.

Não poderia esquecer daqueles que construí elos de irmandade e amizade que foram fundamentais para prosseguir nessa formação árdua mais que se tornou mais leve com eles ao meu lado, minha amiga Vívian que a cada abraço me transmite paz e muita fé, minha amiga Elizangela que me transmite calma e aconchego, a meu amigo Vanilson que é exemplo de força e superação, a minha amiga Leyanne que mesmo não ter chegado ao fim com a gente mais foi muito especial e importante para minha caminhada, sou grata a vocês por cada conselho, ajuda e colo durante todas as dificuldades. Aos meus amigos que estiveram me apoiando e incentivando para que eu pudesse concluir este curso e não desistir.

Este trabalho é o fim de um ciclo que se encerra me proporcionando muito aprendizado e experiências, por isso sou grata a Universidade Federal do Piauí – Campus de Picos-PI pelo acolhimento durante toda minha formação acadêmica.

RESUMO

O trabalho de pesquisa em questão, corresponde à uma monografia que tem como título AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA PRÁTICA EDUCATIVA ANTIRRACISTA. Em nossas experiências no curso de Licenciatura em Pedagogia, durante o estágio supervisionado II surgiram as inquietações para se justificar esse estudo, pela ausência de práticas pedagógicas que represente a figura negra nas salas de educação infantil, sendo a escola um local de aprendizagem ideal para abordar temáticas que combatam o preconceito e a discriminação. Com isso essa pesquisa volta o olhar para as práticas educativas nas salas de educação infantil que contribua para uma educação antirracista tendo como objetivo geral de analisar as relações étnico-raciais nas práticas educativas com a finalidade de refletir uma educação antirracista na educação infantil, estabelecendo, ainda, os seguintes objetivos específicos: Identificar práticas educativas de valorização e combate ao racismo; Analisar como é abordada a temática das relações étnico-raciais nas salas de educação infantil e Refletir a prática do educador voltada para uma educação antirracista. Apresentamos também o seguinte problema de pesquisa: Como as práticas educativas desenvolvidas em salas de aula de educação infantil contribuem para uma educação antirracista? Para alcançarmos os objetivos propostos e a resposta da nossa problemática escolhemos como metodologia a abordagem qualitativa por base de uma pesquisa bibliográfica e de campo nas salas de educação infantil. A coleta de dados foi feita através de um questionário estruturado aberto com três professoras da educação infantil, de duas escolas localizadas na cidade de Picos-PI. Para a análise de dados, definimos como base os autores como Franco (2016); Paula (2013); Andrade (2015) e Santos, Toniosso (2016). Ao final da pesquisa conseguimos alcançar os objetivos desse trabalho, e a percepção da relevância das relações étnico-raciais dentro das salas de educação infantil.

Palavras-chaves: Étnico-raciais; Educação Infantil; Educação antirracista;

ABSTRACT

The research work in question corresponds to a monograph entitled ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: A LOOK AT ANTI-RACIST EDUCATIONAL PRACTICE. In our experiences in the Degree in Pedagogy course, during the supervised internship II, concerns arise to justify this study, due to the absence of pedagogical practices that represent the black figure in early childhood education classrooms, with the school being an ideal learning place to address themes that combat prejudice and discrimination. With this, this research looks back at educational practices in early childhood education rooms that contribute to an anti-racist education with the general objective of analyzing ethnic-racial relations in educational practices in order to reflect an anti-racist education in early childhood education, establishing, also, the following specific objectives: Identify educational practices to value and combat racism; To analyze how the theme of ethnic-racial relations is addressed in early childhood education classrooms and To reflect on the educator's practice focused on an anti-racist education. We also present the following research problem: How do educational practices developed in early childhood education classrooms contribute to an anti-racist education? In order to achieve the proposed objectives and the answer to our problem, we chose a qualitative approach as a methodology based on bibliographic and field research in early childhood education rooms. Data collection was carried out through an open structured questionnaire with three teachers of early childhood education, from two schools located in the city of Picos-PI and who have been working in the area for at least 5 years. Regarding data analysis, this was done with the analysis of several authors such as Franco (2016); Paula (2013); Andrade (2015) and Santos, Toniosso (2016). At the end of the research, we were able to achieve the objectives of this work, and the perception of the relevance of ethnic-racial relations within early childhood education rooms.

Keywords: Ethnic-racial; Child education; Anti-racist education;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1. As relações étnico- raciais na educação infantil	13
2.2 Os avanços legais para uma educação antirracista	15
2.3 Práticas educativas de valorização étnicos-raciais e de combate ao racismo	20
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 Local da pesquisa	30
3.2 Participantes	31
3.3 Instrumentos de pesquisa	31
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6 REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES.....	44

1 INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa, almejamos apresentar um estudo sobre as relações étnico – raciais na educação infantil bem como um olhar para a prática educativa antirracista, analisando as práticas pedagógicas presente nas salas de aulas de educação infantil que promovam o respeito à diversidade e à igualdade racial, amparado pela lei 10.639/03 em que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

O ambiente escolar é o espaço que recebe uma diversidade de alunos em situações diferentes e realidades distintas. É na escola que a criança vai se socializar com diversas raças, etnias, religião e cultura cada uma com seus costumes, sua forma de agir e pensar. A escola é um local de aprendizagem sendo o espaço ideal para que seja abordado temáticas que combatam o preconceito, discriminação e o racismo, para isso é preciso rever a forma como esses conteúdos são trabalhados, as ações e práticas pedagógicas que tenha o intuito de contribuir para uma educação antirracista.

Em nossas experiências no Curso de Pedagogia, durante o Estágio Supervisionado II, em uma escola pública municipal na cidade de Picos-PI, nos momentos de observação, percebemos a falta da representatividade negra nas salas de aula da Educação Infantil, mesmo diante da diversidade de alunos existente na escola. Essa vivência despertou-nos uma inquietação, inferindo a necessidade de estudar a temática. Contexto que nos levou a indagar se há o desenvolvimento de práticas pedagógicas dentro das salas de aula da educação infantil para abordar as relações étnicos- raciais.

Com isso, é importante destacar que quando não aplicamos temas que visam mostrar a importância e contribuição das raças e etnias existentes na sociedade, estaremos dando lugar ao preconceito e discriminação e assim também as pessoas negras poderão sentir-se inferiores às demais, pois não perceberão sua representatividade em um ambiente que é para ser de aprendizagem e socialização.

Destacamos que quanto ao uso dos livros de literatura infantil, um dos pontos que chamou nossa atenção na escola analisada, foi a escassez de livros que trazem uma representatividade da figura negra, sendo mais abordados livros clássicos com princesas brancas e de olhos azuis, com isso a criança negra se sente inferiorizada dentro desses contos de fada. Dessa forma, podemos compreender que é necessário

que o professor e todo o ambiente escolar desenvolva ações que vise a representatividade negra e uma educação antirracista.

Durante essa experiência de estágio, presenciamos várias situações de preconceito de forma velada. Uma delas, foram as crianças, tratarem a cor bege do lápis de cor como cor de pele, no momento ficamos sem reação, respiramos fundo, paramos a aula, pedimos para que todos se sentassem, e com o lápis de cor bege na mão, explicamos que não devemos tratar aquele lápis como cor de pele, pois existem pessoas brancas, negras e amarelas e que todos independentemente da cor, classe social ou religião são iguais perante a lei e merecem respeito, e que alguém pode se sentir magoado com a expressão lápis de cor de pele.

O que nos aproximou também com a temática foi por termos uma filha negra de cabelos cacheados e olhos pretos, com isso nos fez imaginá-la naquela sala de aula sem se sentir representada, onde apenas ela e mais uns três amiguinhos se parecem com ela. Me fez repensar como mãe que em algum momento ela sofrerá algum tipo de preconceito e discriminação, onde ela pode imaginar que nunca será uma princesa de contos de fada, que não poderá se vestir da forma daquela tal princesa que ela gosta por não ter as mesmas características, muitas vezes as suas características estão representadas apenas como serviçais.

Podemos assim perceber a grande relevância de abordar a cultura afro-brasileira na escola, buscando um olhar para a representatividade étnico-racial nas salas de aula de educação infantil, pois a criança nessa fase está começando a socialização com a sociedade ultrapassando a família, a construção de caráter e identidade estão sendo construídas. Esperamos assim com essa pesquisa observar as práticas pedagógicas e maneira que se efetiva essa temática em sala e como as crianças reagem.

É necessário compreendermos também que as relações étnico-raciais devem ser abordadas em diferentes lugares dentro da sociedade, mas podemos destacar o ambiente escolar como o principal, nele não teremos um “pó mágico” que iremos utilizar e acabar com as situações racistas, mas ao contrário, é um caminho longo a se percorrer, nesse ambiente não deve ocorrer reprodução de preconceitos devendo assim ser um local de valorização da diversidade. O professor deve ter consciência que ele é um agente formador de transformações individuais e coletivas, deve desenvolver ações que valorizem as diversas etnias e raças sempre enfatizar as contribuições de cada um para a formação da sociedade. Diante de tudo que foi

exposto até aqui, surgiu assim nossa problemática: Como as práticas educativas desenvolvidas em salas de aula de Educação Infantil contribuem para uma educação antirracista?

Justificamos esta pesquisa tendo em vista que desde a formação histórica do Brasil podemos destacar as diversas etnias que foram se misturando e formando o cenário social e cultural brasileiro. Grande parte da população brasileira é composta por mestiços, sendo um país com uma formação histórica e social embasada nessa miscigenação, mas muitas vezes estes não são aceitos dentro da sociedade como deveriam, surgindo assim preconceito e discriminação. O estudo visa contribuir para que os professores possam refletir a importância de se trabalhar as relações étnico-raciais na educação infantil, na perspectiva da inclusão e valorização, incluindo práticas pedagógicas que contribuam para a representatividade negra e de valorização da mesma, com a finalidade de desenvolver uma educação antirracista.

Apresentamos como objetivo geral: Analisar as relações étnico-raciais nas práticas educativas com a finalidade de refletir uma educação antirracista na educação infantil. Trazemos como objetivos específicos: Identificar práticas educativas de valorização e combate ao racismo; analisar como é abordada a temática das relações étnico-raciais nas salas de educação infantil; refletir a prática do educador voltada para uma educação antirracista.

Durante vários anos, o poder do branqueamento, tanto físico como cultural, têm deixado suas marcas no contexto histórico brasileiro. Acreditava-se que misturando pessoas brancas com negras haveria assim o branqueamento da sociedade, mas esse plano fracassou. Vale salientar a tela de “Redenção de Cam” de 1895 do artista espanhol Modesto Brocos, onde é retratada essa tentativa de branqueamento na sociedade. Na referida tela, podemos perceber três personagens, significando as três gerações que seriam necessárias para que existisse assim o branqueamento da população brasileira, com tudo isso podemos perceber o preconceito e discriminação existente na sociedade. (LOTIERZO E SCHUARCK, 2021)

A nossa população é composta de negros, brancos, indígenas e mestiços, e é de suma importância que essa pluralidade de povos seja representada pelo espaço escolar, local que deve oportunizar o conhecimento sobre esses povos e suas contribuições dentro da sociedade brasileira.

A cultura afro-brasileira na educação infantil proporciona para as crianças o estudo das diversidades existentes na nossa sociedade, elas precisam ter contato desde pequenas e entender as diferenças para que possam crescer sem discriminação e preconceito, sem reproduzir o racismo que está enraizado na sociedade.

O nosso trabalho está dividido em 5 seções: a primeira seção é esta introdução que explicamos sobre a estruturação desse trabalho de pesquisa, que fornece ao leitor uma compreensão atrativa da leitura e o entendimento desse estudo.

Na sequência, há a revisão de literatura, que nos traz as contribuições teóricas de diversos autores, composto por três subseções: As Relações Étnico-raciais na Educação Infantil, Os Avanços Legais para uma Educação Antirracista, As Práticas Educativas de valorização Étnico-raciais e de Combate ao Racismo. Na primeira subseção enfatizamos a educação infantil como um período primordial para serem trabalhadas as questões sobre as relações étnico-raciais por ser um momento de descobertas e socialização com uma diversidade de pessoas.

Em outra subseção apresentamos os marcos legais como as leis 10.639/03 e 11.645/08 que instituem a obrigatoriedade do ensino da história da África, da cultura afro-brasileira bem como as etnias indígenas nos níveis fundamental e médio, pareceres e resoluções que instituem esta temática dentro no ambiente escolar.

Na última subseção destacamos a importância das práticas pedagógicas e como elas contribuem dentro da educação infantil para uma educação antirracista e de valorização e respeito com o diferente, destacando a literatura infantil a dança e a música como objetos metodológicos que reconheça o negro como parte integradora da nossa história.

Em outra seção desta monografia corresponde a metodologia explicando as técnicas utilizadas para a construção da mesma e está dividida em 3 subseções, a primeira descrevemos os locais que a pesquisa ocorreu, a segunda caracterizamos os participantes da pesquisa e a última subseção destacaremos os instrumentos da pesquisa.

Na seção seguinte, explanaremos a análise de dados, apresentando o resultado e discussão dos dados da pesquisa, com centro nas práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula e suas dificuldades para tais práticas que contribuam para uma educação antirracista.

Há também a última seção que é as considerações finais que apontam que as relações étnico-raciais não é abordada diariamente em sala, mais também não é uma temática extinta. Notamos que os professores encontram bastante dificuldade para trabalhar a temática visto a escassez de materiais e formação continuada.

Por fim, esperamos que esse estudo contribua para demonstrar a importância de se trabalhar com as relações étnico-raciais desde a series iniciais e que a formação continuada é necessária para que possa construir práticas pedagógicas que contribuam para uma educação antirracista.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para fundamentar nossa pesquisa, trazemos contribuições teóricas, pois é importante salientar que inserir na educação básica uma educação que retome a ancestralidade africana, para que assim possa representar a figura negra, suas raízes, costumes, crenças, para que a criança negra se sinta representada é de grande contribuição social. Quando se insere dentro dos espaços escolares o estudo da ancestralidade, estaremos contribuindo para uma educação antirracista garantindo assim que a sociedade repense o contexto em que o racismo estrutural está presente.

2.1. As relações étnico- raciais na educação infantil

A população brasileira é composta por uma diversidade de etnias, sendo um país multiétnico, possuindo assim uma herança cultural, artística e racial. Com essa ampla diversidade que se destaca no cenário brasileiro, o convívio social, muitas vezes, pode gerar conflitos, preconceito e discriminação em todos os âmbitos sociais.

A formação cultural do Brasil se caracteriza pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de fisionomias e paisagens e também pela multiplicidade de visões sobre a miscigenação em sentido amplo, algumas ainda presas à desinformação e ao preconceito. Esse caldo de cultura muitas vezes gera atritos e conflitos em casa, na rua, no trabalho e na escola. (SOUZA, 2001, p.07)

Com isso, podemos destacar a escola como um espaço ideal para essas reflexões étnico-raciais, por ser um ambiente que recebe uma diversidade de alunos com realidades e contextos diferentes, preparando estes para o desenvolvimento social e intelectual, sendo um importante meio social onde recebe os indivíduos depois do ambiente familiar. As instituições escolares precisam oportunizar discussões de entendimento das questões étnico-raciais construindo um conceito positivo no que se refere a identidade cultural e as demais existentes, respeitando assim as particularidades de cada uma contribuindo para desconstrução do preconceito enraizado na sociedade.

É preciso enfatizarmos que a primeira etapa da educação básica é um período primordial para serem trabalhadas essas questões, por ser um momento de descobertas, é nessa fase que a criança começa a interagir com a sociedade

ultrapassando assim a família. O caráter e identidade estão sendo construídas, então é preciso que seja trabalhado temas que contribuam para uma educação antirracista nessas primeiras fases da infância, tendo assim a tarefa da escola e do profissional de educação desenvolver práticas pedagógicas e estratégias na construção da autoimagem da criança negra de forma positiva.

É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de rerepresentar o mundo atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio, entre outras coisas, começam a se constituir nesse período. (SANTANA, 2006.p.31).

No âmbito escolar é onde a criança irá ter contato com uma pluralidade étnica e cultural, um importante espaço de socialização infantil, a escola sendo um local de ensino e aprendizagem precisa estar preparado para lidar com todas formas de tensões raciais, pois é na mesma onde a criança irá desenvolver a capacidade de questionar e de construir a sua identidade se espelhando nos outros. É no espaço escolar que ela irá interagir com diferentes linguagens e culturas, conhecendo a si e ao outro, por isso necessita ser um ambiente que valorize as diversas culturas existentes.

Podemos assim destacar na Base Nacional Comum Curricular – BNCC como sendo alguns dos direitos de aprendizagem da educação infantil “Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas...” (BRASIL, 2017, p.33).

É necessário que a escola aborde o estudo sobre a temática, pois a falta do mesmo, poderá limitar as crianças negras de conhecerem a sua história e de construírem a sua identidade. É preciso reformular conteúdos que tragam o negro e suas contribuições para a sociedade no contexto escolar, só assim irão conhecer a diversidade cultural da criança negra, possibilitando o conhecimento da cultura afro brasileira (NEVES,2014). Então deve ser construída dentro dos espaços escolares uma educação antirracista visando proporcionar a erradicação de preconceitos, racismo e discriminação, e quando os espaços escolares deixam ausente a conscientização dessas crianças estará dando lugar a uma prática negativa de valorização de identidades.

Ao chegar na escola, várias crianças podem vir a apresentar algum tipo de superioridade, podemos assim perceber o preconceito enraizado que tem na sociedade e que os pequenos podem já carregar desde a infância, a partir das relações estabelecidas no lar em que vive. Então, a escola deve estar atenta e proporcionar o debate e discussões acerca da diversidade e do respeito ao outro, combatendo assim qualquer forma de preconceito e discriminação. Assim, podemos perceber que quanto mais cedo esse tema for abordado com essas crianças, melhor será para formarmos cidadãos capazes de respeitar e valorizar a diversidade.

A educação infantil é uma etapa educacional de alta potencialidade para a construção de um espaço que promova a igualdade racial, sendo local de socialização, ela tem uma relevância a frente de outras etapas da educação, podendo vir a desempenhar um papel na desconstrução de estereótipos racistas e excludentes, colaborando para que as crianças possam ser respeitadas em suas características individuais. As comunicações presentes nas instituições escolares, as linguagens verbais e não verbais elas contribuem para a reprodução e construção de padrões, cabendo ao espaço de educação infantil o dever de proporcionar vários espaços em que a criança negra possa se sentir representada para que ela possa se reconhecer positivamente e que as demais crianças desenvolvam relações de respeito e de valorização a diversidade. (GARCIA; SANTOS, 2019)

2.2 Os avanços legais para uma educação antirracista

A preocupação acerca da pauta étnico-racial na sociedade contemporânea, de modo particular no ambiente escolar, revela a importância de compreender e analisar a proposta pedagógica de uma educação antirracista, utilizando como base a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 que instituem a obrigatoriedade do ensino da história da África, da cultura afro-brasileira bem como as etnias indígenas nos níveis fundamental e médio, e posteriormente o Parecer 03/04 e a Resolução 01/04 do Conselho Nacional de Educação que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes, em 2004.

O espaço escolar ao estar inserido em uma sociedade que produz e reproduz desigualdades, é também um cenário de promoção dos estereótipos empregados aos

povos afro-brasileiros e indígenas. Desta maneira, torna-se necessário percorrermos a história legal das políticas públicas educacionais que visam a implementação das relações étnico-raciais no contexto educativo como um mecanismo de valorização e ao mesmo tempo de reparação histórica, social e cultural frente a esses povos.

Nesta conjuntura, com o avanço do processo democrático brasileiro, os grupos e movimentos sociais obtiveram um maior poder participativo, o que segundo Gomes (2011) alavancou, no cenário nacional, as discussões em torno das relações étnico-raciais, ao dado que, “a redemocratização do país iniciada nos anos 1980 também possibilitou a emergência de um novo perfil de intelectual que tematiza as relações raciais, sobretudo no campo educacional” (GOMES, 2011, p.112). Assim, pode-se perceber que essa temática emerge, ainda que de modo implícito em textos como o da Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDBEN em 1996, nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, como também, na Resolução 01/2004 e pelo Parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Doravante, é por meio da Constituição Federal de 1988 que a educação passa a ser compreendida como um direito social distribuído a todos os membros da sociedade brasileira, sendo expresso no artigo 206 os termos pluralismo e igualdade.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; [...] (BRASIL, 1988).

O emprego dos princípios de igualdade de condições e do pluralismo de ideias fomentam, ainda que não haja uma referência efetiva e direta para as relações étnico-raciais, o intuito de contemplar educacionalmente as variadas manifestações culturais, entretanto, de acordo com Gomes (2011), as relações étnico-raciais ao não serem incluídas de forma específica na Constituição Federal, decaíram o seu caráter educacional.

Adiante, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDBEN, de 1996 que, assim como a Constituição Federal aborda de modo ínfimo as relações étnico-raciais, elucidando ao longo do artigo 26 que os currículos da educação básica devem seguir uma base comum, tendo uma parte específica e diversificada que corresponda aos aspectos regionais, locais, culturais, sociais e econômicos da região a qual o estabelecimento de ensino está situado (Brasil, 1996).

Nesse ensejo, de acordo com Vieira (2016), apesar da Constituição Federal de 1988 e a LDBEN de 1996 não enfatizarem com lucidez a temática das relações étnico-raciais é por meio desses marcos legais que se inicia uma corrente de pensamento com o objetivo de elaborar um currículo para educação que englobasse a diversidade étnico-racial e cultural do Brasil.

Assente, as discussões relacionadas a relações étnico- raciais tornam a resplandecer no debate educacional somente com a promulgação da Lei 10.639/2003 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, enfatizando:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

[...]

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003).

A Lei 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao acrescentar os artigos 26-A, e o 79-B, como supracitado, o que proporcionou a abertura de “[...] espaço para uma série de definições, pareceres, resoluções e ações do MEC, no que viria a se chamar educação das relações étnico-raciais” (NEGREIROS, 2017, p.66). Essa normativa foi criada com o objetivo de implicar a obrigatoriedade do estudo das relações étnico- raciais.

Neste arcabouço, visando a efetivação das alterações na LDBEN de 1996, a partir da inclusão do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos da educação brasileira, foi-se elaborado o Parecer CNE/CP nº 3/2004, de 10 de março de 2004 que visa orientar a efetivação da Lei 10.639/2003 e posteriormente da Lei 11.645/2008, a partir do emprego das Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nesse sentido o Parecer 03/2004 cita:

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados (BRASIL,2004).

Nesse sentido, o Estado é o responsável por promover a reparação histórica frente à população negra indígena, uma vez que, esses grupos étnicos foram excluídos do processo de educação institucionalizado. Este Parecer, além de fundamentar as políticas de reparação histórica, encaminha as discussões para o âmbito da formação do docente, levantando o entendimento que para as mudanças apresentadas nas Diretrizes se efetivem, está ocasionada pelas modificações nos cursos de formação superior, tendo de possuir orientações específicas quanto a educação étnica - racial.

Consoante ao Parecer CNE/CP nº 3/2004, em 17 de junho de 2009 foi homologada, pelo Ministério da Educação, a Resolução CNE/CP nº 01 de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essa Resolução é homologada como uma complementação à Lei nº 10.639, promovendo “[...] o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas”, através do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. (BRASIL, 2004a).

A instituição da Resolução constitui um grande avanço na política educacional brasileira, no processo de orientação aos profissionais da educação no trato com as discussões referentes aos conteúdos que abarquem a História e a cultura Afro-brasileira no sistema educacional. Para Martha Abreu e Hebe Mattos (2008, p.05) as “Diretrizes trazem para o âmbito da escola, pela primeira vez, a importante discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial. ”

Congruente com a Resolução CNE/CP nº 01 de 2004, em 17 de dezembro de 2009 é homologada a Resolução nº5 fixando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Estabelecendo normas, orientações e procedimentos para a elaboração de políticas públicas para a Educação Infantil, reconhecendo a criança como um indivíduo dotado de direitos e que deve estar no centro do processo educativo.

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança centro do planejamento curricular é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 1)

A Resolução potencializa a defesa de que o processo educacional deve abarcar a completude do indivíduo, o reconhecendo em seus diversos âmbitos, estes formadores da sua identidade individual e coletiva, e que para além de serem formados pela sociedade e cultura, são, impreterivelmente, formadores da cultura a partir de suas práticas e sentidos atribuídos a elas.

Em seu artigo 6º reitera os princípios que as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar.

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2009, p.2)

Já em seu artigo 7º assegura que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica, de modo que a práxis educativa seja assumida com rigor pedagógico e que haja a sua aplicabilidade. Desse modo é exposto que as Instituições de Educação Infantil proporcionem ao seu público o usufruto de seus direitos civis, sociais e humanos, oportunizando a convivência com adultos e o acesso igualitário aos processos educacionais.

No artigo 8 fica explícito que as instituições de Educação Infantil devem expressar em suas propostas curriculares os conhecimentos que serão disponibilizados às crianças, garantindo o acesso ao processo de apropriação e articulação de diferentes linguagens. Nesse artigo a preocupação principal gira em

torno das especificidades etárias, das particularidades individuais e coletivas das crianças.

A partir das homologações das legislações apresentadas é necessário que haja instrumentos que viabilizem a aplicação e efetivação do que é fundamentado teoricamente nas legislações. Nesse viés, intuindo propiciar a implementação da Lei 10.638/03, o Ministério da Educação articulou seis encontros, Os “Diálogos Regionais” que resultaram na elaboração do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana, publicado em junho de 2009, tendo por finalidade “ a institucionalização da implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais, maximizando a atuação de diferentes atores por meio da compreensão e do cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, da Resolução CNE/CP 01/2004 e do Parecer CNE/CP 03/2004”. (BRASIL, 2009, p.11).

A Lei 10.639/03 e os seus instrumentos legais orientam a construção de uma política educacional focalizada na diversidade cultural, social e étnica presentes no chão da escola. Salientando, que as práticas pedagógicas devem ocorrer de modo a incluir o multiculturalismo na educação através da História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana, provendo o respeito às pessoas negras, sua cultura e história.

O processo de enfrentamento ao racismo não se solidifica apenas com a aplicação de legislações e reformulação das matrizes curriculares. Essa discussão deve perpassar todo o processo de ensino e aprendizagem, observado como temas sensíveis tocam as crianças. O processo de implantação da educação das relações étnico-raciais por meio da Lei 10.639/03 e o seu conjunto de dispositivos legais não asseguram a sua efetiva aplicação, faz se primordial uma nova postura frente a efetivação desses parâmetros legais, entendendo a importância destes para romper com o silenciamento que as relações étnico-raciais vivenciaram no Brasil.

2.3 Práticas educativas de valorização étnicos-raciais e de combate ao racismo

Os avanços nas leis relacionadas a população negra ocorrem devido às fortes reivindicações deste grupo étnico-racial, sobretudo no que se refere ao acesso ao conhecimento, ou melhor, a universalização deste, que se solidifica com a criação dos aparatos legais que surgem como ferramentas de desconstrução das hierarquias de

conhecimento e também como forma de exaltação da cultura indígena, negra e afro-brasileira nos currículos escolares.

Compreendo as leis citadas no tópico acima como importantes marcos na luta travada pelos movimentos sociais, considerando com maior ênfase aqui o negro, pois foram essas leis as responsáveis para a ampliação de debates sobre uma educação que contemplasse a população brasileira miscigenada e diversificada, além de serem as primeiras voltadas para a inserção do ensino da história da negritude nos espaços de educação, histórias estas que era inteiramente sucumbida e/ou negativadas.

Pensamos que a finalidade dessas Leis é a promoção de um ambiente escolar democrático, cujas diversidades étnico-raciais sejam contempladas, desde a organização curricular até mesmo as atitudes positivas contra as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias que afetam o desenvolvimento, aprendizado e a vida de crianças, jovens e adultos negros ou indígenas. Contudo, após quase dezesseis anos da criação da primeira lei é possível perceber que a efetivação do ensino em escolas da história negra e indígena no Brasil é precária, pois ainda há uma precarização na maneira em que estas temáticas são abordadas.

As políticas públicas e legislações referentes às relações étnicos-raciais são importantes marcos legais no processo de valorização do patrimônio histórico-cultural brasileiro, no entanto não garantem a presença, de maneira efetiva, nas salas de aula do sistema educacional. Nesse sentido, como mais um mecanismo de reparação, reconhecimento e valorização das relações étnicos-raciais, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) publicou em 2006 as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Essa coletânea de textos é um documento oficial, redigido por 150 educadores e pesquisadores, dividida em sete seções que contém um amplo referencial bibliográfico a respeito das temáticas étnico-raciais. As seções abarcamos seguintes grupos de trabalho: Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Licenciaturas e Quilombolas. O documento não pretende ser um guia de boas práticas de ensino para as relações étnico-raciais, mas se mostra como uma importante orientação para os profissionais que almejam uma profunda mudança no sistema educacional.

As Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais direciona-se especificamente para os Professores, mas inclui os demais agentes do

espaço escolar. Em cada grupo de trabalho a coletânea apresenta um histórico da educação brasileira relacionada à condição das relações étnico-raciais, esse documento “busca cumprir o detalhamento de uma política educacional que reconhece a diversidade étnico-racial, em correlação com a faixa etária e com situações específicas de cada nível de ensino.” (BRASIL, 2006. p. 13)

Destarte, utilizaremos esse documento oficial como base de discussão para a implementação e efetivação concreta de práticas de valorização antirracista e da diversidade étnico-raciais no ambiente escolar. Centralizando nosso foco de análise na pessoa negra, que na história do Brasil foi subjugada e por vezes excluída dos processos educacionais, seja indivíduo na condição de aluno ou na forma de conteúdo.

Cavalleiro (2001) nos afirma que, por vezes, os agentes educacionais- os professores, não se atentam para atitudes discriminatórias que ocorrem no ambiente escolar e que culmina em uma naturalização, decorrendo na manutenção da desigualdade social. Congruente a essa afirmação, Maria Aparecida Silva (2001, p.66) expõe que o professor:

[...] Não estabelece relações entre raça/etnia, gênero e desempenho escolar, não percebe também o quanto essa percepção interfere na sua própria conduta. Entretanto, sabe-se que as representações determinam as relações. Assim, o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar.

A falta de investimento na temática, seja ela em nível de especialização e de igual modo através das formações continuadas, tão necessárias para a atualização do profissional docente, acarretam na anulação da presença de discussões referentes ao estudo das relações étnico-raciais, de modo singular, da cultura africana e afro-brasileira, dando espaço para a reprodução de situações racistas na escola. Nesse sentido, é importante que a escola e os atores que nela atua, reconheçam-se com agentes no processo de revisionismo histórico, promovendo o reconhecimento e valorização do respeito as diferenças, através da desconstrução de ideias racistas, tornando a escola um lugar antirracista.

A fim de salientar a importância dos debates acerca da EREER, no conteúdo das Orientações Curriculares e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais é estabelecido alguns princípios que devem nortear a elaboração de um plano de ação para a Inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, são eles (BRASIL, 2006, p. 24):

- Socialização e visibilidade da cultura negro-africana.
- Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate às discriminações racial e de gênero e à homofobia.
- Construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade étnico-racial na escola.
- Valorização dos diversos saberes.
- Valorização das identidades presentes nas escolas, sem deixar de lado esse esforço nos momentos de festas e comemorações.

Consoante a esses princípios, é notório a necessidade de formação para os docentes, bem como a elaboração de materiais que propiciem o contato com as questões étnico-raciais e de valorização racial, de modo plural. Esses princípios convergem para o entendimento que as estratégias para o estabelecimento da EREER devem ultrapassar as linhas escritas até chegar de maneira efetiva no cotidiano das salas de aula, ponto chave para essa efetivação é a mudança de ruptura que atualmente se manifesta no sistema educacional, a abordagem de temáticas referentes à diversidade racial restringe-se a datas comemorativas.

É essencial o envolvimento total da escola no processo de valorização étnico-racial e de eliminação do racismo, assim sendo faz-se necessário que haja um processo reflexivo e formativo de professores e demais agentes que atuam no ambiente escolar, e que de igual modo influenciam na formulação de uma identidade e de reconhecimento racial dos alunos.

O professor, a coordenação pedagógica e a gestão escolar devem ter a clareza que a escola precisa promover uma educação que seja capaz de combater qualquer forma de preconceito, de promover o respeito, a igualdade. Desde a educação infantil faz-se necessário colocar em prática uma pedagogia que possibilite aos alunos reconhecerem a população negra como um coletivo que tem história, memória, ou seja, que são sujeitos históricos sociais (FREIRE, 1998), os quais também ajudam a tecer a história de cada brasileiro e brasileira. (SILVA; COSTA, 2019, p.197)

Nesse sentido, é necessária uma pedagogia decolonial, “aquela que estabelece práticas pedagógicas antirracistas, precisa falar, abordar, trabalhar o auto ódio, o sentimento de inferioridade, a hiperssexualização, a animalização que atingem corpos negros” (ALVES, 2020, p.77) reconhecendo a população negra como parte integrante da nossa história, dotados de memórias e de participação ativa na formação social e

cultural do Brasil, para tal a formação decolonial dos professores é matriz principal para a consolidação de um espaço antirracista.

Uma pedagogia decolonial perpassa pela descentralização eurocêntrica, visão que privilegia a cultura europeia, e se volte para o respeito às culturas africanas a partir da memória, reconhecendo-os como indivíduos que contribuíram para a formação identitária nacional. Nesse viés a literatura infantil configura-se como uma importante estratégia para se trabalhar a diversidade étnico-racial.

[...] pois coopera no desenvolvimento emocional, intelectual, moral e social dos alunos. Desenvolve, também, a capacidade dos alunos e professores em perceberem conflitos dentro da escola e fora dela, buscarem soluções, criarem e fortalecerem laços afetivos de companheirismo e amizade entre alunos e professores. (SILVA, COSTA, 2019, p. 204)

O trato com a literatura infantil em sala de aula possibilita despertar nos alunos um olhar de alteridade, baseado no diálogo e valorização das diferenças existentes. A sala de aula torna-se um local propício para a construção de conhecimento de diferentes culturas, valorizando sempre o respeito às diferenças étnico-raciais, intercruzando a literatura com a diversidade presente na sala de aula e no meio escolar.

Obras literárias que tenham o indivíduo negro como protagonista podem ser utilizadas para a efetivação de uma prática pedagógica que promova o respeito a diversidade étnico-racial, tornando a escola este lugar onde o aluno pode conhecer a si mesmo, descobrir o outro e ter experiências que os leve a iniciar o processo positivo de construção da sua identidade, olhando para o outro sem preconceitos, reconhecendo e respeitando o diferente.

Apoiando em livros considerados paradidáticos, visto que os livros didáticos perpetuam uma visão eurocêntrica, o docente da Educação Infantil pode principiar a abordagem da temática étnico-racial em sala de aula. Há na literatura brasileira um conjunto de material focado no público infantil propício para este fim. A ludicidade e arte (dança e música) também se figuram como objetos metodológicos significativos para o desenvolvimento mais dinâmico dessa temática, favorecendo uma abordagem docente que apresente a seus alunos a cultura africana e afro-brasileira como parte constituinte da formação cultural e social do Brasil.

Utilizar objetos metodológicos que coloquem o negro na centralidade denota uma ação decolonial do docente e influência no processo de auto identificação infantil

através da representatividade. A ERER é um trabalho contínuo e interdisciplinar e, que ultrapassa os quatro cantos da sala de aula, englobando todos os atores do ambiente escolar, mas também necessitando da participação ativa da família para a construção de uma imagem positiva do negro, ultrapassando uma imagem estereotipada e estigmatizada.

Nessa perspectiva, apresentamos duas sugestões de livros da literatura brasileira infantil que podem ser utilizados por professores da Educação Infantil na abordagem das temáticas étnico-raciais, de modo especial a temática negra, que visam aproximar os alunos a ideia de que ninguém é igual e que há no Brasil uma intensa heterogeneidade racial e a importância de cada um na história do país. Quando utilizada de maneira coerente e adequada, a literatura pode auxiliar na aprendizagem infantil, aguçando a imaginação e facilitando, por meio da ludicidade, o entendimento de realidades a qual elas estão inseridas.

Os livros sugeridos são: “Minha mãe é negra sim!” e “A Tranças de Bintou”. Possuem temática racial de valorização da cultura e traços afro-brasileiros, e apresentam-se como uma possibilidade didático-metodológica para a exploração da temática étnico-racial na Educação Infantil, apresentados a seguir.

Figura 1: Capa do livro Minha mãe é negra sim!

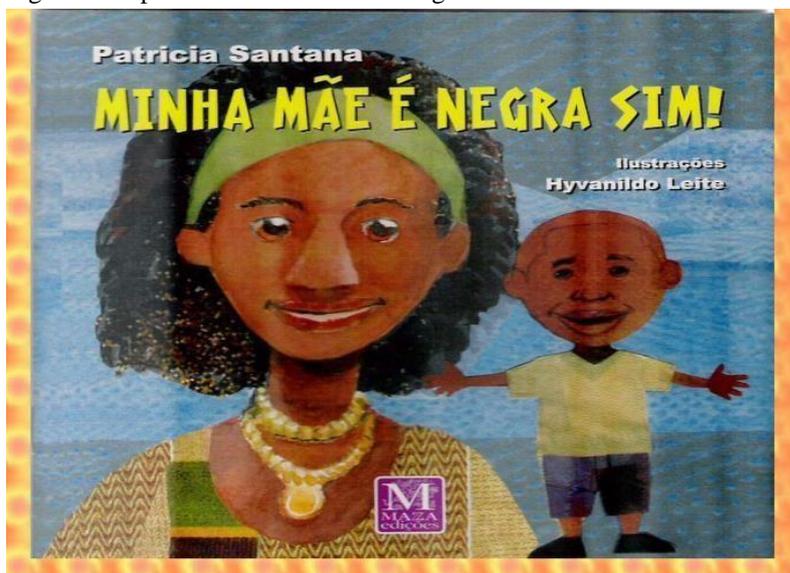
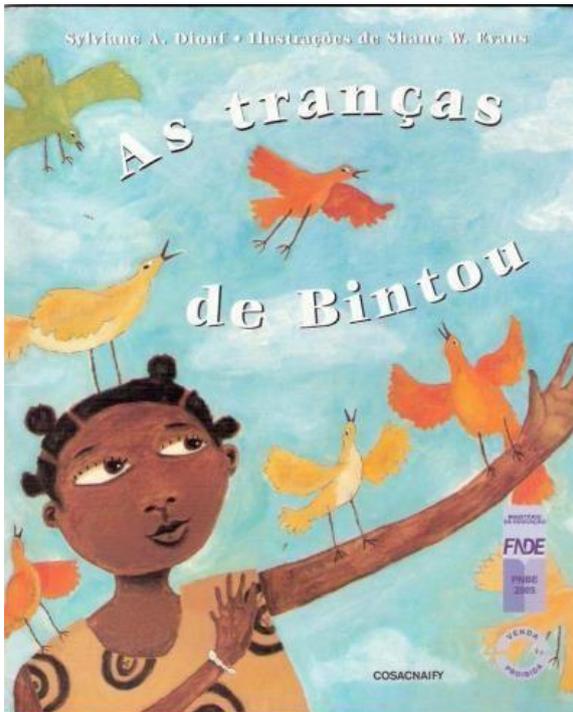


Figura 2: Capa do livro: As tranças de Bintou.



O livro “Minha mãe é negra sim!”, de autoria de Patrícia Santana¹, publicado em 2008. O livro aborda o desconforto do garoto Eno ao se questionar da sua origem em decorrência de um episódio racista que vivenciou na escola, ao ser orientado pela professora a pintar um desenho representando a sua mãe, que é negra, de cor amarela por ser uma cor mais bonita. Esse evento faz com que Eno não queira mais ir à escola, até que o avô percebe a preocupação e tristeza da criança. Em diálogo com o menino lhe revela alguns aspectos do racismo e as dificuldades que os negros enfrentam para serem aceitos.

A história de Eno evidencia o autoconhecimento, o conhecimento de suas raízes como base para a construção de uma identidade e autoestima, essenciais para o enfrentamento ao racismo. Castells (2000, p.22) nos demonstra que identidade pode ser entendida como o “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.”

¹ Além de escritora e professora da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, é mestre em Educação pela UFMG. Publicou as obras infantis e infanto-juvenis Entremeio sem babado (2007), Minha mãe é negra sim (2008) e Cheirinho de neném (2011), em que questões étnicas e raciais são encenadas numa linguagem voltada para pequenos e jovens leitores

A ação da professora pode ser encarrada como uma demonstração do racismo estrutural tão presente em nossa sociedade, ação que geram uma imagem inferiorizada do negro e reproduz a desigualdade étnica, agindo como um meio de apagamento e exclusão, gerando na criança um sentimento de tristeza, silenciamento e de negação de si mesmo. Assim, o livro oportuniza que o professor exemplifique os sentimentos que atitudes preconceituosas podem causar nas pessoas, inclusive nas crianças.

“As tranças de Bintou”, é um livro lançado no Brasil em 2004, de autoria de Sylviane A. Diouf², que busca valorizar a imagem da mulher negra, utilizando o cabelo como ponto inicial de discussão, visto a importância que esse traço detém para algumas culturas africanas como símbolo de status. O livro conta a história de Bintou, uma garotinha negra, de cabelo crespo que tem o sonho de ter tranças.

O texto cheio de gravuras que exemplificam as linhas escritas inicia com uma afirmação de Bintou: “Meu cabelo é curto e crespo. Meu cabelo é bobo e sem graça. Tudo que tenho são quatro birotos na cabeça”. A menininha se divide em sonhar que os passarinhos façam ninhos em sua cabeça e sonhar em ter tranças e ser bonita assim como a sua irmã mais velha e demais adultas de sua comunidade.

No decorrer do livro, é apresentado o convívio social de Bintou, através de sua família, os costumes e tradições de seu povo. A história de Bintou proporciona a abordagem de diferentes componentes da identidade da criança, além de permitir comparações com outra cultura. Por ser bem ilustrado, pode ser utilizado para manter uma comparação acerca das diferenças físicas presentes na sala de aula. De acordo com Neiva Jr (2006) a imagem pode ser vista como uma síntese visual do conteúdo, oferece uma outra perspectiva de abordagem que auxilia na compreensão do texto escrito.

Ao findar o livro, Bintou encerra dizendo: “Eu sou bonita. Meu cabelo é negro e brilhante. Meu cabelo é macio e bonito. Eu sou a menina dos pássaros no cabelo. O sol me segue, e estou muito feliz. Contrapondo-se a frase inicial do livro permite ao professor abordar a importância da participação familiar no processo de reconhecimento e identificação racial das crianças, através da aprendizagem de

² É uma premiada historiadora da diáspora africana e curadora. Pesquisadora visitante no Center for the Study of Slavery and Justice na Brown University e Lloyd International Honors College, University of North Carolina Greensboro. Membro do Comitê Científico do projeto da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência Maison des Esclaves na Ilha de Goree, Senegal. Compõe o Conselho de Administração do Festival Internacional de Cinema da Diáspora Africana .

Bintou com a avó, abrindo espaço para uma discussão da importância da história da África.

A sugestão dos dois livros parte da ideia de que a utilização de obras literárias na escola pode se mostrar como importantes veículos culturais, advindo uma construção ou identificação identitária. Oportuniza para o professor a reflexão sobre a ética na relação de poder que mantém com o aluno e pode levá-lo a compreender que a sua ação docente influencia no processo de identificação racial e de inclusão ou exclusão de seus alunos no processo de valorização das diferenças étnicas-raciais e de combate ao racismo.

Para que haja esse entendimento, é primordial que os docentes estejam em constante processo de estudo e de reflexão acerca de seu papel como formador social. Aliado a isso, é preciso que o Estado promova formações específicas para o trato das questões raciais, preparando os seus professores para estarem em sala de aula, colocando em prática, no dia a dia os princípios que estão expostos nas Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

3 METODOLOGIA

Para obter os resultados acerca da problematização levantada neste estudo, essa pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica por meio de artigos, monografias, leituras de livros, estudo de textos, pesquisas na internet entre outras fontes, é importante enfatizar que “uma pesquisa sem teoria corre o risco de ser uma simples opinião pessoal sobre a realidade observada”. (MINAYO, 2016, P.19).

Assim podemos elucidar que a metodologia vai muito além de técnicas, podendo assim compreender as concepções teóricas de abordagem sempre se comunicando com a teoria, com a realidade empírica e pensamentos sobre a realidade. (MINAYO, 2016). Podemos assim conceituar a metodologia como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como primeiro olhar para o encaminhamento da pesquisa. (MIOTO E LIMA, 2007, p.39)

Mioto e Lima (2007, p.43) destacam “[...] a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas poucos explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”.

A metodologia utilizada na realização dessa pesquisa foi tanto de cunho bibliográfico, quanto de campo e trata-se de uma pesquisa qualitativa na perspectiva de melhor compreender e refletir as práticas pedagógicas de combate ao racismo em salas de aula de educação infantil de duas escolas no município de Picos, localizado no Estado do Piauí.

A pesquisa qualitativa acontece com um trabalho de campo que nos proporciona a possibilidade de nos aproximar daquilo que desejamos, conhecer e estudar, criando assim um conhecimento a respeito, partindo da realidade existente do presente campo de pesquisa. (NETO, 2002). Segundo Gil (2002, p.53) o estudo de campo ressalta que “o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo”.

Optamos por trabalhar a pesquisa qualitativa de aspecto dialógico para melhor compreender e interpretar as práticas educativas dos professores de educação infantil que contribuam para uma educação antirracista, sendo os professores peça fundamental para o processo de formação humana no desenvolvimento de novas mentalidades e saberes.

Sobre o processo da pesquisa fizemos preliminarmente uma pesquisa bibliográfica acerca da temática precedendo assim o trabalho de campo. Para aprofundar a abordagem teórica da pesquisa, tendo em vista as contribuições de Lotierzo e Shuarck (2021), Santana (2006), Brasil (1996), Brasil (1998), Brasil (2003), Brasil (2004), Brasil (2006), Brasil (2009), Neves (2014), Garcia e Santos (2019), Gomes (2011), Vieira (2016), Negreiro (2017), Abreu Mattos (2008), Cavalleiro (2001) entre outros.

3.1 Local da pesquisa

A presente pesquisa teve como campo de análise duas escolas, uma filantrópica e outra da rede municipal de ensino, ambas da cidade de Picos no estado do Piauí, que ficam localizadas na zona urbana desse município. A escola filantrópica fica localizada no centro da cidade na Rua São Sebastião, onde atualmente funciona com seis salas de aula, sendo três no turno matutino e três no turno vespertino, funcionando apenas a educação infantil, infantil IV, infantil V e 1º ano tendo seu horário de funcionamento pela manhã 07h a 11:00h e a tarde de 13h a 17h.

A escola atende no total cerca de 150 alunos, uma média de 25 alunos por sala, a mesma é uma parceria de uma entidade da região, Secretaria de Educação do município de Picos e a Secretaria de Educação do estado do Piauí, onde atua com 8 professores, 1 secretária, 1 diretora, 1 vigilante e 1 zeladora/merendeira. A escola é bem ampla com um espaço coberto no início onde funciona a entidade a qual cede o prédio para o funcionamento da escola, a escola funciona nos fundos onde tem 4 salas de aula construídas, 1 diretorias/secretarias, 1 cozinha, 2 banheiros adaptados para crianças, sendo um feminino e o outro masculino, 1 almoxarifado e 1 refeitório coberto, com mesas e cadeiras também adaptadas as crianças.

O outro campo de pesquisa foi uma escola da rede municipal de ensino do município, que fica localizada na zona leste da cidade, na Rua Dr. Urbano Maria Eulálio a escola integra o ensino infantil da creche até a pré-escola e ensino fundamental regular do 1º ao 5º ano, tendo seu horário de funcionamento pela manhã das 7h às 11h para educação infantil e 07h às 11:25 h para ensino fundamental regular e a tarde das 13h às 17:20h para ensino fundamental regular.

No turno matutino funciona 5 turmas e no turno vespertino 4 turmas, a capacidade de matrícula é de 250 alunos no total sendo uma média de 25 alunos por

sala. Em relação a estrutura física da escola está caracterizada com 6 salas de aula, 1 diretoria/ secretaria, 1 cantina pequena, 1 biblioteca, 3 banheiros, 2 despensas, 1 pátio descoberto e 1 refeitório coberto.

3.2 Participantes

A pesquisa teve como participantes três professoras que atuam na educação infantil. Definimos como critério inicial de escolha, que tivessem no mínimo 5 anos de atuação na área. Todas receberam um termo de consentimento livre e esclarecido, em que foi explicado como seria realizada a pesquisa. Destacamos que, para preservar os nomes das participantes foram utilizados nomes fictícios para referenciá-los, sendo eles: Margarida, Rosa e Maria.

As três professoras participantes refletiram e responderam o questionário dentro da temática apresentada nesse estudo: Relações étnico - raciais na educação infantil: um olhar para a prática educativa antirracista.

A primeira participante foi a Margarida tem 34 anos, licenciada em pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI Campus de Picos-PI no ano de 2015, possui nove anos de experiência na educação infantil, sendo sete anos somente nessa escola que atualmente leciona.

A segunda participante foi a Rosa tem 40 anos, graduada em licenciatura em pedagogia em 2012 na Universidade Federal do Piauí – Campus de Picos-PI e leciona há 12 anos na educação infantil na mesma escola.

A terceira participante foi a Maria tem 41 anos, formada em licenciatura em pedagogia em 2014 pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI Campus de Picos-PI, possui 10 anos de experiência em escola de rede particular e escola de rede municipal de ensino, atualmente está lecionando nessa mesma escola a 4 anos.

3.3 Instrumentos de pesquisa

Para a realização da mesma foi utilizado como técnica de coleta de dados o questionário, com perguntas abertas direcionadas às três professoras. Sendo que duas delas atuam em uma escola filantrópica e a outra atua em uma escola da rede municipal de ensino, ambas da cidade de Picos que fica localizada no Estado do Piauí,

com intuito de relatos de experiências em sala de educação infantil e se é utilizada nas mesmas práticas educativas antirracistas.

Antes de iniciarmos a pesquisa foi apresentado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que pudéssemos divulgar os dados somente para a pesquisa.

Para Richardson (1999, p.88), “as técnicas qualitativas permitem verificar os resultados dos questionários e ampliar as relações descobertas”. Os questionários aplicados nesta pesquisa foram estruturados com perguntas abertas direcionadas às professoras.

Matos (2001, p 61) faz a seguinte reflexão sobre as perguntas a serem elaboradas para os questionários de pesquisa de campo: “As questões devem ser objetivas e claras. Podem ser abertas, quando o respondente expressa livremente suas opiniões”, e essa foi a nossa escolha.

Ainda sobre instrumentos de pesquisa, Richardson (2012, p.189) afirma que: “os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”. Ainda sobre esta questão este autor afirma que: “a informação obtida por meio do questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo”. (RICHARDSON, 2012, p. 189). O questionário foi aplicado e respondido de forma manuscrita pelas professoras.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, trazemos a exposição dos resultados produzidos a partir da aplicação dos dados. Para dar seguimento a esta análise, trazemos os escritos das professoras que foram propostas nas questões apresentadas:

Pergunta 1: Em sua prática diária, você tem abordado a temática das relações étnico-raciais. Quais as dificuldades encontradas para abordar esse tema?

PARTICIPANTE	RESPOSTA
Margarida	Sim, sempre tenho abordado a temática relações étnico-raciais. As dificuldades para abordar o tema, são as formas de elaboração das atividades. .
Rosa	Sim, através de historinhas, desenhos, conversas... o tema é abordado de maneira indireta.
Maria	Não há uma organização curricular sobre a temática, mas abordo a temática em disciplinas específicas como história e ensino religioso. Por não haver uma elaboração desse material, pois falta capacitação para tal, considerando a importância do assunto

Fonte: Elaborado pela autora (2023). Dados da pesquisa.

As respostas obtidas na pergunta de análise 1 versam sobre as práticas diárias dos professores de abordagem sobre as relações étnico-raciais e se eles encontram dificuldades para abordar esse tema. Nesta perspectiva, podemos perceber que a Margarida e Rosa sempre aborda esta temática. Margarida sempre tem abordado a temática relações étnico-raciais na sua prática diária, já Rosa aborda através de historinhas, desenhos e conversas, e frisa que aborda o tema indiretamente. Maria pontua que a temática não faz parte do currículo escolar sendo desenvolvida na mesma em disciplinas de História e Ensino Religioso.

Diante da fala da Maria podemos perceber que ainda existem professores que não aborda as relações étnico-raciais no seu dia a dia em sala de aula, como já tratamos no tópico anterior à temática tem sido às vezes abordada apenas em datas

comemorativas, com isso deve ser de suma importância que o sistema educacional trate esse tema como prioridade para ser tratado diariamente.

Entretanto, torna-se importante elencar que a construção da prática pedagógica pelo professor está em uma conversa consigo mesmo, refletindo o que faz, por que o faz e como ele deve fazer dentro da sala de aula, sendo intuitivo esse movimento de olhar, avaliar e refazer. Caberá assim a didática aplicada pelo professor, adentrar em uma realidade complexa, renovando-se com as cores do novo mundo, construindo espaços dentro da sala de aula para diferentes culturas, para que essas se sintam acolhidas e incluídas, percebendo assim o respeito e valorização de suas diferenças, por isso a importância de ser trabalhadas diariamente e didaticamente essa temática. (FRANCO, 2012)

Já no que diz respeito às dificuldades enfrentadas, somente Margarida e Maria responderam a essa questão. Margarida pontua que a dificuldade é na elaboração de atividades que tratem sobre o tema, já Maria explica que a dificuldade encontrada é por não haver uma elaboração desse material, faltando capacitação para tal atividade, que deve ser considerada a importância no assunto.

Podemos perceber a fala das professoras sobre a dificuldade acerca da elaboração das atividades, podemos refletir diante dessas falas a ausência da representatividade negra nos livros didáticos, muitas vezes esta é esquecida, não tratando como uma prioridade para se combater o racismo e o preconceito enraizados na sociedade. Elucidamos também a fala de Maria em relação à falta de capacitação para tais atividades, percebemos a carência de formações continuadas específicas para a temática racial, o que dificulta a prática pedagógica dos professores e a exploração da temática em sala de aula.

Com isso é importante enfatizarmos que quando o docente tem uma formação continuada há um crescimento pessoal e profissional, com isso as experiências de tal formação contribuem para inovação de metodologias, agregando nelas práticas reflexivas trazendo assim como foco a autonomia e a história de vida de cada indivíduo, contribuindo assim para a valorização e respeito das relações étnico-raciais. (PAULA, 2013)

Pergunta 2: Quais práticas pedagógicas são utilizadas na sala de aula que contribuam para o desenvolvimento de uma educação antirracista?

PARTICIPANTE	RESPOSTA
Margarida	Rodas de conversa, estimulando a participação das crianças para debater possíveis episódios de preconceito. Leitura de contos e livros, ressaltando através dos diversificados personagens a importância de cada um.
Rosa	Contações de histórias, através de conteúdos abordados nos livros didáticos onde fala sobre as diferenças e semelhanças e conteúdos sobre respeito em geral.
Maria	Uma roda de conversa direcionada, textos com linguagem infantil para serem lidos em sala de aula, produção de cartazes. São ações...diante da falta de recurso, são materiais insuficientes de forma genérica.

Fonte: Elaborado pela autora (2023). Dados da pesquisa.

De acordo com as repostas obtidas na análise da pergunta acima as respostas se conectam sobre as práticas que os docentes utilizam em sala aula que contribuam para uma educação antirracista, expõe as práticas utilizadas são rodas de conversa direcionada para que estimule a compreensão das crianças para possíveis episódios de preconceitos, leituras de livros infantis ressaltando através destes a importância de cada personagem, contos, livros didáticos com conteúdo que fala sobre as diferenças e semelhança e cartazes. Diante da falta de recursos existente são essas ações que proporciona para as crianças, explana Maria.

Com isso é importante refletirmos sobre a utilização de literatura infantil como prática de valorização étnico racial e que esse é um caminho positivo visto a carência de livros didáticos que permitam a discussão da temática. As crianças se encantam com histórias e nelas se conectam com a imaginação com isso elas passam a compreender que existem diferentes cores no mundo e cada cor tem sua importância e valor.

As práticas pedagógicas construídas pelos docentes devem cumprir seu papel de promoção da igualdade racial diariamente na sala de aula, as crianças precisam ser valorizadas, para isso é necessário que o educador tenha criatividade diante de suas práticas, abordando assim as relações étnico-raciais, valorizando sua estética e

cultura, é a partir dessas práticas que a criança ela irá assimilando os conteúdos e construindo sua identidade, com isso consequentemente irá valorizar outras culturas, nesse entendimento devemos ressaltar que a educação deve contribuir para um mundo desprovido de preconceito e discriminação, valorizando assim a diversidade existente na sociedade. (ANDRADE,2015)

Pergunta 3: Durante sua trajetória como professor (a) de Educação Infantil, você já presenciou/ observou alguma situação que denotasse algum contexto de discriminação racial? Como você agiu/ reagiu?

PARTICIPANTE	RESPOSTA
Margarida	Sim. Conversando sobre as diversidades, mostrando que cada pessoa tem características próprias e que se todos fossem iguais não saberíamos o nosso verdadeiro sentido no mundo em que vivemos.
Rosa	Não.
Maria	É uma situação presenciada diariamente. Vejo a criança com um ser sem maturidade, ainda em formação, dessa forma não há repreensão no momento. Acho mais efetivo chamar os pais, na companhia da criança e ter uma conversa. Oportunamente, um dia para tratar do assunto em sala.

Fonte: Elaborado pela autora (2023). Dados da pesquisa.

Conforme as respostas obtidas na pergunta 3, podemos observar que somente Margarida e Maria já presenciaram algum tipo de situação que denotasse alguma discriminação racial. Margarida destaca que já presenciou algum tipo de discriminação e que conversa com as crianças mostrando que cada uma tem suas características próprias e se todos fossem iguais não teria sentido e que não saberíamos o verdadeiro sentido ao qual existimos. Já Maria enfatiza que é uma situação presenciada diariamente e que ela acha melhor chamar os pais na companhia da criança e ter uma conversa e que oportunamente um dia tratar em sala de aula.

Podemos observar que existem situações de preconceito e discriminação sendo de forma implícita ou explícita mesmo sendo crianças, diante disso vemos a importância de se trabalhar às relações étnico-raciais na educação infantil, em situações como essa é necessário saber identificar, abordando e discutindo sobre a discriminação e o preconceito presenciado. É importante considerarmos o papel da família no dia a dia das crianças na escola, devemos incluir os pais na conversa sobre as situações de preconceito e discriminação racial, pois é um processo de entendimento que demanda a participação da família. A relação família e escola é indispensável para que todos falem a mesma linguagem e que a criança possa compreender a importância do assunto.

Pergunta 4: Dentro do PPP da escola é abordado alguma estratégia que contribua para a abordagem das questões étnico-raciais?

PARTICIPANTE	RESPOSTA
Margarida	A escola aborda as questões étnico-raciais através de conversas, brincadeiras, contação de histórias e peças de teatro que tragam personagens negros.
Rosa	
Maria	Não há PPP na escola

Fonte: Elaborado pela autora (2023). Dados da pesquisa.

É possível observar nas respostas obtidas em relação ao PPP da escola que Margarida responde que a escola aborda as questões étnico-raciais por meio de conversas, brincadeiras e contação de história e peças teatrais trazendo o personagem negro para essas abordagens, mas em relação ao PPP não deixa claro se aborda ou não alguma estratégia impossibilitando assim o nosso entendimento. Com isso fomos conversar com a diretora pedindo que a mesma, se possível, nos disponibilizasse o PPP e ela nos informou que não havia PPP na escola, que ainda estava em construção.

Rosa deixou a pergunta em branco, e Maria em sua resposta nos informou que na escola não havia PPP.

Desse modo, de acordo com as respostas dadas pelas professoras, podemos perceber a ausência de PPP nessas escolas, onde é de suma importância que a

escola tenha o seu Projeto Político Pedagógico feito e atualizado por se tratar de um espelho da escola, através dele que conhecemos a escola, os objetivos e estratégias da mesma.

Pergunta 5: Em seu ponto de vista, qual a importância de se trabalhar com as relações étnicos - raciais desde as séries iniciais?

PARTICIPANTE	RESPOSTA
Margarida	Ensinar as crianças a respeitar o próximo, acreditando na capacidade de construir o seu próprio potencial.
Rosa	É de fundamental importância, pois ensina desde as crianças bem pequenas a respeitar uns aos outros, independentemente de cor, cultura, religião e etc....
Maria	É de grande importância, pois devemos mostrar como o racismo transforma diferença em desigualdade para perpetuar privilégios, e se quisermos quebrar esse ciclo é preciso compreender as origens do preconceito.

Fonte: Elaborado pela autora (2023). Dados da pesquisa.

Pelas informações expostas sobre a importância de se trabalhar desde as séries iniciais as relações étnico-raciais, observamos que as respostas coincidem, para Margarida a importância seria para ensinar as crianças a respeitar o próximo assim construindo o seu próprio potencial, já Rosa expõe que é de fundamental importância, pois ensina as crianças bem pequenas a respeitar uns aos outros, independente dar cor e demais características, para Maria deve mostrar como o racismo transforma diferença em desigualdade e perpetua privilégios e para quebrar isso é preciso compreender as origens dos preconceitos.

A resposta da Maria nos fazer perceber como o processo de aplicação de uma educação antirracista inicia-se com o entendimento que o professor deve inculcar essa discussão em sala de aula, evidenciando a posição de privilégio que as desigualdades mantêm. Para romper com essa visão precisa-se conhecer o cerne, e os mecanismos de manutenção.

A educação infantil deve ser compreendida como uma etapa fundamental para serem trabalhadas as relações étnico-raciais, é nessa etapa que as crianças

estão construindo sua formação individual e social sendo um momento oportuno para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação social. (SANTOS; TONIOSSO, 2016)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao entendimento que a abordagem das relações étnico-raciais na educação infantil não é prática diária mas também não é extinta, e percebemos durante as falas das professoras que há bastante dificuldade por partes dos professores por não haver muitos materiais existentes sobre a temática, há ainda a percepção da falta de formação continuada por parte dos professores à temática racial.

As professoras apontaram que utilizam nas suas práticas pedagógicas para a construção de uma educação antirracista, a contação de histórias que conectam as crianças com a imaginação, elas começam a compreender e respeitar as diferenças.

Outro ponto a se destacar é o fato da existência de discriminação racial por parte das crianças seja de forma explícita ou implícita e por isso é importante identificar e trabalhar essas questões no ambiente escolar juntamente com a família.

Além disso, podemos perceber a ausência de PPP nas escolas, que tratem sobre as estratégias que a escola utiliza para conduzir temas como as relações étnico-raciais no ambiente escolar.

Destacamos a percepção dos professores sobre a importância de se trabalhar desde as series iniciais a temática racial, ajudando as crianças entenderem desde cedo as diversidades raciais existentes na sociedade e aprenderem a respeitar cada uma delas, e para que isso ocorra é necessário que o educador reconheça que é um ser mediador nesse processo, buscando sempre ações pedagógicas que contribuam para a valorização das diferenças étnico-raciais e de combate ao racismo.

Ademais, podemos destacar que foram alcançados os objetivos tanto geral como os específicos desta pesquisa, em todo o percurso do trabalho. O estudo servirá como fonte para outros pesquisadores aprofundarem o assunto das relações étnico-raciais na construção de uma educação antirracista.

Para essas pesquisadoras o estudo acrescentou a percepção da relevância dessa temática dentro das salas de educação infantil e como ela se efetiva na realidade, e que os docentes e toda a equipe escolar tenham entendimento sobre a temática buscando formação continuada para melhor abordar a temática e contribuir para uma educação antirracista, assim formando cidadãos capazes de romper as barreiras do preconceito enraizado na nossa sociedade.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnicas-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20.

ALVES, Gieri Toledo. Pedagogia Decolonial e a Construção de Identidades Negras. **SURES: Arte, Cultura e História na América Latina**. Instituto Latino Americano de Arte, cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino Americana, v.1,v.2n.14. (abr.2020) -Paraná/Foz do Iguaçu: ILAACH-UNILA. Dossiê: Formación docente em América Latina: la Pedagogía Decolonial em Debate.

ANDRADE, Márcia Aparecida de Oliveira. **A necessidade de trabalhar relações étnicas - raciais na alfabetização**. Itapirapuã-Go, 2015. Faculdade de Educação-FE, Universidade de Brasília-Unb Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Pedagogia. FE/UnB-UAB.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº. 1, de 17 de junho de 2004a**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº5/2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf>

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CASTELLS, Manuel. O poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. IN: Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

DIOUF, S. A. **As tranças de Bintou**. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Práticas pedagógicas nas múltiplas redes educativas**. IN: Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo / José Carlos Liâneo, Nilda Alves (organizadores), - São Paulo : Cortez, 2012.

GARCIA, Vanessa Ferreira; SANTOS, Maria Walburga dos. **Educação Infantil e Estudos das Relações Étnico-Raciais: apontamentos de uma crescente produção acadêmica**. APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista Ano XIII n. 21 p. 90-106 jan./jun.2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como classificar as pesquisas**. IN: Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. – São Paulo : Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios políticos e práticas**. RBPAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007

LOTIERZO, Tatiana H. P; SCHWARCZ, Lília K. M. **Raça, gênero e projeto branqueador : “a redenção de Cam”, de modesto brocos**. », Artelogie [Online], 5 | 2013, posto online no dia 16 outubro 2013, consultado o 20 dezembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/artelogie/5242> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/artelogie.5242>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. IN: Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Maria Cecília de Souza Minayo (org); Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos).

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. IN: Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes ; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadores). – Petrópolis, RJ : Vozes, 1994. Ed. 21ª. 2002.

NEGREIROS, D.F. **Educação das relações étnico-raciais (s)em perspectiva**. In: Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 57-91. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/jvcnv/pdf/negreiros-9788568576946-03.pdf>.

NEVES, Pollyana Cassiano. **As relações étnico raciais na educação infantil**. 2014. Disponível em: <http://www.simpósioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CP02.pdf>.

NEIVA Jr, Eduardo. **Imagem**. São Paulo. Ática, 2006.

PAULA, Benjamin Xavier de. **A Educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura da África e Afro-brasileira: Formações, saberes e práticas educativas** / Benjamin Xavier de Paula. – 2013. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia de Pós- graduação em Educação.

SANTANA, Patrícia. **Minha mãe é negra sim!**. Ilustrado por Hyvanildo Leite. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza (Coord). **Educação Infantil. IN: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

SANTOS, Angelita Lopes; TONIOSSO, José Pedro. Toniosso. **Relações étnico-raciais na educação infantil**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 3 (1): 1-14, 2016.

SILVA, Maria Aparecida da. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial**. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Andreza da Paixão; COSTA, Eliane Miranda. O CURRÍCULO ESCOLAR E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: entre desafios e perspectivas na educação infantil. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 9, n. 5, p. 190-214, 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602019000500190&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 mar. 2023. Epub 11-Jun-2020. <<https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n5id1105>>

SOUZA, Paulo Renato. Prefácio à 1ª edição (1999). **Superando o Racismo na escola**. Kabengele Munanga.

VIEIRA, Ligia Pereira Braga. **O direito à educação para as relações étnico-raciais: constituição federal, lei n.10.639/03 e estatuto da igualdade racial**. RESPGE - SP São Paulo, v. 7 n. 1 jan./dez. 2016. p. 171 a 198. Disponível em: <<https://revistas.pge.sp.gov.br>>

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

- 1 – Há quanto tempo você leciona nas salas de educação infantil? E nesta escola?
- 2 – Em sua prática diária, você tem abordado a temática das relações étnico-raciais. Quais as dificuldades encontradas para abordar esse tema?
- 3 – Quais práticas pedagógicas são utilizadas na sala de aula que contribuam para o desenvolvimento de uma educação antirracista?
- 4 – Durante sua trajetória como professor (a) de Educação Infantil, você já presenciou/ observou alguma situação que denotasse algum contexto de discriminação racial? Como você agiu/ reagiu?
- 5 – Dentro do PPP da escola é abordado alguma estratégia que contribua para a abordagem das questões étnico-raciais?
- 6 – Em seu ponto de vista, qual a importância de se trabalhar com as relações étnicos - raciais desde as séries iniciais?

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
PICOS – PIAUÍ**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado senhor ou senhora,

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Após ser **esclarecido** (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí pelo telefone (086) 3215 5437.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A PEQUISA

Título: Relações etnico- raciais na educação infantil: um olhar para a prática educativa antirracista.

Pesquisadora responsável: Graduanda, Maria Isabela da Costa Santos

Telefone para contato: (89) 99908-3235

Pesquisador assistente: Prof^a Dra. Antonia Regina dos Santos Abreu Alves

Telefone para contato: (86) 99435-2638

Local: Campus Senador Helvídio Nunes De Barros Picos – Piauí

DESCRIÇÃO DA PESQUISA

O projeto de pesquisa intitulado " RELAÇÕES ETNICO- RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA A PRÁTICA EDUCATIVA ANTIRRACISTA" tem por objetivo: Analisar as relações étnico- raciais nas práticas educativas com a finalidade de refletir uma educação antirracista na educação infantil. Você participará da pesquisa respondendo aos questionários.

Você tem total liberdade para, desistir de continuar na pesquisa a qualquer momento no decorrer da pesquisa ou depois. Caso você sinta algum constrangimento em responder alguma pergunta poderá optar por não responder. A sua participação será totalmente voluntária e uma desistência sua não lhe causará nenhum prejuízo.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso a profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A orientadora é a Prof. Dra. Antonia Regina dos Santos Abreu Alves, que pode ser encontrada através dos contatos: email: reginaabreu22@hotmail.com Fone: (86) 99435-2638.

A pesquisa, por se tratar de uma investigação acadêmica, não oferece nenhum tipo de vantagem material ou financeiro para o participante, como também, não implicará em nenhum tipo de ônus. No entanto, na sua publicação e divulgação daremos os créditos aos sujeitos participantes (se autorizado) seja na forma de publicação impressa ou audiovisual.

Entendemos que toda pesquisa apresenta riscos, no caso da nossa pesquisa, os riscos estão associados ao possível constrangimento em relação às experiências que serão socializadas

na escrita das cartas pedagógicas. Os possíveis desconfortos serão administrados pela sensibilidade da pesquisadora em evitar prolongar-se em questionamentos que gerem qualquer tipo de desconforto. Os benefícios dessa pesquisa estão em sua contribuição para identificar práticas educativas de valorização e combate ao racismo, analisando a temática das relações étnico-raciais nas salas de educação infantil.

Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisador, a equipe do estudo, Comitê de Ética independente e inspetores de agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo. Este documento será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com a pesquisadora e a outra com o/a participante. O/a participante terá o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo, sem que passe por qualquer tipo de constrangimento por parte da pesquisadora.

Eu, _____

RG nº _____ CPF nº _____, abaixo assinado, concordo

em participar do estudo "**Relações étnico- raciais na educação infantil: um olhar para a prática educativa antirracista**"

" como voluntário/a e sujeito da pesquisa. Afirmando que fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo titulado acima. Eu discuti com a pesquisadora Kelly de Abreu Carvalho, sobre a minha decisão em participar neste estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Picos, _____ de _____ 2023.

Nome

CPF nº _____

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar da pesquisa "**Relações étnico- raciais na educação infantil: um olhar para a prática educativa antirracista**"

Assinatura

CPF: _____

Assinatura

CPF: _____

Declaro(amos) que obtive(mos) de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Picos, _____ de _____ de 2023

Pesquisadora responsável

Maria Isabela da Costa Santos, CPF: 043.242.993-07



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Maria Isabela da Costa Santos,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Relações étnico-raciais na Educação Infantil
Um olhar para a prática educativa antirracista
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 03 de Agosto de 2023.

Maria Isabela da Costa Santos
Assinatura

Maria Isabela da Costa Santos
Assinatura